

CASO MASTER

Investigado por esquema bilionário, Paulo Henrique Costa está preso no Complexo Penitenciário da Papuda. Especialistas ouvidos pelo **Correio** destacam que a Operação Compliance Zero deve entrar em nova etapa

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Paulo Henrique Costa foi preso na quinta-feira, acusado de receber propinas milionárias de Daniel Vorcáro

Ex-presidente do BRB está isolado em uma cela

» MARIA EDUARDA LAVOCAT
» PAULO GONTIJO

O ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, passou a primeira noite no Complexo Penitenciário da Papuda após audiência de custódia realizada na última quinta-feira. Preso pela Polícia Federal no mesmo dia, no âmbito da 4ª fase da Operação Compliance Zero, ele é investigado por participação em um esquema de vantagens indevidas durante as negociações para a compra do Banco Master. De acordo com apuração do **Correio**, Paulo Henrique foi encaminhado à ala conhecida como PDF4, onde ficam presos considerados de maior relevância ou que exigem medidas especiais de segurança. Ele permanece em cela individual, sem contato com a massa carcerária, como forma de garantir sua integridade física e evitar qualquer tipo de influência sobre outros detentos. Essa mesma área no Complexo da Papuda recebeu nomes de grande repercussão, como Luiz Estevão, Jair Bolsonaro, José Dirceu, Anderson Torres, Silvinei Vasques, entre outros.

Rastreamento

Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Newton Marques, o rastreamento de valores em casos milionários como esse depende, principalmente, da quebra de sigilos bancário e fiscal dos envolvidos. Segundo ele, transações imobiliárias, como as citadas na investigação, exigem análise detalhada em cartórios de registro de imóveis e podem envolver mecanismos que dificultam a identificação, como o uso de procurações ou de laranjas.

Ainda assim, há controles institucionais: cartórios são obrigados a comunicar operações às autoridades fiscais, enquanto bancos reportam movimentações atípicas a órgãos como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). “Mesmo com tentativas de ocultação, essas operações costumam deixar rastros que podem ser reconstruídos ao longo da investigação”, explica.

Após o nome de Ibaneis Rocha (MDB) ser citado em mensagens trocadas entre o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa e o ex-banqueiro Daniel Vorcáro — em que PHC teria afirmado a Vorcáro: “O governador me pediu que preparasse um material para a



Em novembro do ano passado a PF e o MP deflagraram a Operação Compliance Zero com busca e apreensão no BRB



Aponte a câmera e confira momento da prisão

argumentação dele, porque vamos receber críticas”, em referência à aquisição de carteiras de crédito consideradas de alto risco do Banco Master pelo BRB — a defesa do ex-governador se manifestou.

Em nota técnica, o escritório Almeida Castro, Castro e Turbay Advogados sustenta que o conteúdo do diálogo reforça a tese apresentada desde o início pela defesa. Segundo os advogados, o fato de o então presidente do BRB ter a necessidade de preparar uma nota técnica, demonstra que o governador não acompanhava diretamente as operações. “Se houvesse participação ou ingerência direta, seria desnecessária a elaboração de material explicativo para seu próprio conhecimento”, argumenta a defesa.

Na última quinta-feira, durante uma agenda pública, a governadora Celina Leão (PP) fez críticas à gestão de Paulo Henrique Costa à frente do Banco de Brasília após receber a

notícia da prisão. “Eu não tinha relação com ele (PHC).Tinha muitas críticas ao Paulo. Eu já falava que eu iria trocá-lo ao assumir o governo”, afirmou na ocasião. Celina disse que tem interesse direto na elucidação do caso. “Espero que toda essa situação seja esclarecida e que as pessoas que estiveram envolvidas, paguem por isso”, acrescentou.

Futuro da operação

Na avaliação do advogado criminalista e sócio do RCA Advogados, Berlinque Cantelmo, a prisão preventiva de Paulo Henrique Costa tem função investigativa, e não apenas cautelar. Segundo ele, em operações financeiras e de combate à corrupção, prender um investigado de alto escalão ajuda a interromper sua capacidade de articulação, reduz o risco de destruição de provas, dificulta a combinação de versões entre envolvidos e aumenta a pressão por uma possível colaboração.

No caso, Cantelmo ressalta que PHC ocupava uma posição estratégica, ligando o lado público (BRB) ao privado (Banco Master) na compra de papéis podres que causaram prejuízos bilionários ao Banco de Brasília. Por isso, sua prisão pode ajudar a esclarecer como as decisões foram tomadas dentro do esquema. A partir de agora, o especialista afirma que

a investigação deve avançar em quatro frentes. A primeira é a análise de celulares, computadores e documentos apreendidos, que podem revelar novos envolvidos. A segunda é o aprofundamento da apuração patrimonial, já que a Polícia Federal aponta que a suposta propina teria sido paga com quatro imóveis em São Paulo e dois em Brasília, somando R\$ 146 milhões — o que pode indicar uso de “laranjas” e empresas de fachada.

A terceira frente é a conexão com outras fases da Operação Compliance Zero, iniciada em novembro de 2025, que investiga o Banco Master. A quarta envolve a cooperação entre órgãos como Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Receita Federal, Coaf e Ministério Público Federal, ampliando o alcance das apurações.

Delação

Para Cantelmo, o acordo de colaboração premiada é uma grande possibilidade no curto e médio prazo por três motivos principais. O primeiro é que os investigados têm informações diferentes entre si. “O advogado Daniel Monteiro (preso em São Paulo na quinta-feira), o PHC e o próprio Daniel Vorcáro podem ser peças distintas do quebra-cabeça, o que gera uma corrida entre as defesas”, explica.



Mesmo com tentativas de ocultação, essas operações costumam deixar rastros que podem ser reconstruídos ao longo da investigação”

Newton Marques, economista e professor da UnB

O segundo fator é a força das provas reunidas, como movimentações de R\$ 146 milhões em imóveis, bloqueios de bens e decisões do STF que sustentam as medidas adotadas. “Nesse cenário, fica mais difícil sustentar uma defesa baseada apenas em negar os fatos”, afirma.

Por fim, ele destaca que o esquema investigado tem caráter amplo, envolvendo um banco público, uma instituição privada, fundos de investimento e órgãos reguladores. Segundo o advogado, acordos de colaboração podem ajudar a identificar os beneficiários finais das propinas, os mecanismos de lavagem de dinheiro, possíveis falhas ou omissões nos controles e até eventuais conexões políticas, já que o BRB é um banco público e a escolha de seu presidente passa pelo governo local.

Rastreamento

A identificação de novos envolvidos, ressalta Berlinque Cantelmo, é praticamente certa e deve ocorrer por três caminhos: o técnico, com a análise de dispositivos eletrônicos; o patrimonial, com o rastreamento de bens e valores; e o testemunhal, por meio de depoimentos de funcionários, diretores e auditores, que tendem a colaborar mais após a prisão de um personagem central do caso.

O caso segue em evolução e deve ganhar novos desdobramentos à medida que as investigações avancem sobre o fluxo financeiro, os vínculos entre os envolvidos e a possível participação de outros agentes. Com a análise do material apreendido e o aprofundamento das apurações, a expectativa é de que a Polícia Federal consiga esclarecer a dimensão do esquema e identificar responsabilidades, enquanto a Justiça avalia os próximos passos do processo.